



## PROGRAMA DE AUTO-AVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO SETOR PRIVADO: PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O MODELO ATUAL DO MEC

**Jaqueline Paiva Soares Gomes da Silva**

FIC – jaqueline@fic.br

**Marcos Antônio Martins Lima**

FIC – marcos.a.lima@terra.com.br

**Marília Marinho de Andrade Oliveira**

FIC – mariliamarinho@fic.br

### Introdução

A avaliação em Instituições de Ensino Superior (IES) constitui um meio pelo qual a instituição analisa internamente seus diferentes processos educacionais buscando o auto-conhecimento a partir da análise crítica de todas as etapas que compõem seus diferentes processos relacionados à sua missão institucional.

Considera-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, como um avanço na cultura de avaliação no Brasil e com o objetivo de sistematizar critérios e estratégias para a avaliação da educação superior. O SINAES é composto por diversas formas de avaliação, sendo a auto-avaliação um dos componentes da avaliação das IES (BRASIL, 2006).

A auto-avaliação é uma ferramenta que visa dar subsídios ao processo de tomada de consciência sobre a função social educacional, proporcionando uma autocrítica e o conhecimento da realidade institucional, em sua dimensão global, tendo em vista o fortalecimento de sua identidade, seu crescimento e a melhoria contínua de seus processos e, conseqüentemente, permitindo o planejamento de ações no âmbito político-acadêmico. A partir do SINAES a auto-avaliação passou a ser conduzida por Comissões Próprias de Avaliação – CPAs (MEC, 2004).

A CPA é uma comissão de representação acadêmica que tem como objetivo coordenar e articular o processo de auto-avaliação. A CPA é parte integrante do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, e estabelece um elo entre o projeto específico da instituição e o conjunto do Sistema de Educação Superior do País, em cumprimento ao que estabelece a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, em conformidade com os regulamentos internos da IES em estudo.

Os membros da CPA são escolhidos dentre os integrantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, tendo em sua composição representantes do corpo docente, representantes do corpo discente, representantes do corpo técnico-administrativo e representantes da comunidade civil organizada. Desta forma é a CPA que institucionaliza a auto-avaliação nas instituições, colocando em prática as 10 dimensões propostas pelo SINAES e que serão utilizadas por todas as instituições de ensino superior, sejam elas faculdades, centros universitários, universidades públicas ou privadas.

A partir desse contexto, desenvolveu-se a problemática que envolve a pesquisa: (1) o modelo de auto-avaliação estabelecido pelo MEC para IES do setor privado considera as suas especificidades culturais e organizacionais? (2) Qual a percepção de alguns dos docentes do curso de administração sobre este modelo?

Desta forma, o objetivo geral do artigo é identificar a percepção dos docentes de administração acerca do modelo de auto-avaliação proposto pelo MEC. A fim de responder ao problema da pesquisa e atingir os objetivos propostos utilizou-se a pesquisa exploratória e bibliográfica além da pesquisa de campo. Foram utilizadas fontes primárias e secundárias. A população da pesquisa era formada pela totalidade dos professores do curso de Administração e suas habilitações. Já a amostra foi escolhida entre o total de 61 professores dos cursos de Administração da IES pesquisada. Considerou-se como



amostra, de acordo com o perfil definido para os respondentes, um total de 37 professores, representando 60,65% do universo de professores que atuam nos cursos de Administração da IES. Os dados foram coletados através de formulário aplicado junto aos professores selecionados pela amostragem. A análise dos dados teve caráter qualitativo e quantitativo. A pesquisa ocorreu no período de agosto a setembro de 2006. O trabalho está dividido apresentando a avaliação institucional, a auto-avaliação, metodologia, pesquisa de campo e finalmente as considerações gerais e as referências bibliográficas, gráficos e quadros.

### **Avaliação Institucional Baseada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, fundamenta-se na necessidade de promover a “melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais” (BRASIL, 2006).

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) é um órgão colegiado, responsável por coordenar e sistematiza este processo, tendo sua nomeação pelo Presidente da República e é vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação. A CONAES é composta de treze membros: cinco especialistas em avaliação ou gestão universitária, três oriundos de organizações representativas dos segmentos universitários e cinco representantes do Ministério de Estado da Educação escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico.

Destaca-se as características fundamentais da nova proposta de avaliação das instituições: a avaliação institucional

como centro do processo avaliativo, a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais. Neste sentido o SINAES se propõe a levar em conta a realidade e a missão de cada IES, ressaltando o que há de comum e universal na educação superior e as especificidades das áreas do conhecimento para que se possa atribuir um conceito geral da IES.

O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. A Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES é o principal componente básico do SINAES, que se desenvolve em dois momentos: a auto-avaliação conduzida pelas CPAs de cada IES e a avaliação externa realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, atendendo as diretrizes da CONAES.

Segundo Chwif (2002, p. 457), “a avaliação de uma instituição é fundamental para corrigir ou certificar vários processos que são conduzidos em diversos níveis de uma organização”. De acordo com a Lei nº 10.861/2004, em seu art 2º diz que o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deve assegurar a avaliação institucional interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos. Desta forma, entende-se que a avaliação institucional engloba a auto-avaliação e a avaliação externa (MEC, 2005).

A avaliação institucional passa a ser assim, um processo de verificação e acompanhamento das atividades desenvolvidas em instituições de ensino, dentro de uma abordagem construtiva e dialógica. O sistema contempla também a avaliação dos cursos de graduação – ACG, que avalia os cursos de graduação pro meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas



“in loco” de comissões externas. A avaliação dos cursos tem por objetivo “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica” (SINAES, 2004). Para tanto, a CONAES, a Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior (DEAES), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), em março de 2006 consolidou o novo instrumento único de Avaliação de Cursos de Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológicos) com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs.

E, por fim, tem-se a avaliação do desempenho dos estudantes – Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE que é aplicado aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. O ENADE visa a aferir o desempenho dos estudantes com base nos conteúdos programáticos previstos nas DCNs. Este exame é realizado por amostragem e tem periodicidade trienal, ficando estabelecido a obrigatoriedade da participação dos alunos selecionados, por ser um componente curricular obrigatório dos cursos de graduação.

Além dos resultados dos outros componentes já citados, serão consideradas, no processo de avaliação das instituições, informações adicionais oriundas do censo da educação superior, do cadastro da educação superior e outros considerados pertinentes pela CONAES.

O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno de dos eixos: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente, instalações e vários outros aspectos.

### Auto-Avaliação

A auto-avaliação, como processo de autocrítica do desenvolvimento institucional e da qualidade educacional, requer

uma visão integral da IES (LIMA, 2004). Conforme apresentado no capítulo anterior, a auto-avaliação é um dos componentes da Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES. A auto-avaliação é conduzida pela CPA de cada IES. Instituída pela Lei nº 10.861/2004, a CPA é um órgão colegiado, constituído no âmbito da instituição, responsável por gerenciar os processos internos de avaliação da IES, sistematizar e prestar informações ao INEP, além de prestar contas à sociedade (BRASIL, 2006).

De acordo ainda com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/2004, cada instituição deve constituir uma CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações. Todas as CPAs precisam ser cadastradas no INEP, como a primeira etapa de uma interlocução sistemática e produtiva com vistas à efetiva implementação do SINAES (BRASIL, 2006).

A avaliação interna ou auto-avaliação tem como intuito principal avaliar a instituição como uma totalidade integrada permitindo a auto-análise, desta forma contribuindo para a construção de uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmicas. Segundo o MEC (2004, p. 11), a avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. No entanto, para que isso ocorra sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. A avaliação interna ou auto-avaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES.



No entanto, como todo processo avaliativo, a auto-avaliação necessita de uma adequada implantação para que se possa colher os resultados esperados. É necessário planejar, realizar, analisar o processo e os resultados a fim de agir corretivamente em busca da melhoria contínua. O MEC (2004, p. 12-15) prevê etapas para o processo de auto-avaliação: o planejamento, que engloba a elaboração do projeto de avaliação compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. A sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. O desenvolvimento representa a segunda etapa e envolve as atividades da auto-avaliação propriamente ditas, como construção de instrumentos para coleta de dados, definição da metodologia de análise e interpretação dos dados; definição de formato de relatório de auto-avaliação, entre outros. Outra etapa é a consolidação, referindo-se a elaboração, divulgação e análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da IES. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade.

A Lei nº 10.861/2004 diz em seu art. 2º que a avaliação deve contemplar o respeito a identidade e a diversidade de instituições e de cursos (SINAES, 2004). Tal afirmação nos leva a ver a importância da adaptação do SINAES a realidade institucional. Por fim ressalta-se que para que auto-avaliação atinja sua maturidade esta deverá ser apropriada por todos os que fazem parte da IES a fim de promover realmente um ambiente de avaliação e melhoria contínua.

### **Metodologia da Pesquisa**

Neste tópico serão explicitadas a problemática da pesquisa e a abordagem metodológica aplicada ao trabalho de

pesquisa que envolveu o artigo, abrangendo a tipologia de pesquisa científica adotada, bem como o perfil organizacional da IES e dos seus cursos de graduação em Administração, e as técnicas de levantamento de dados.

### Problemática e Tipo de Pesquisa

A problemática que envolve e viabiliza a pesquisa é traduzida nas seguintes perguntas de formulação: (1) o modelo de auto-avaliação estabelecido pelo MEC para IES do setor privado considera as suas especificidades culturais e organizacionais? (2) Qual a percepção de alguns dos docentes do curso de administração sobre este modelo? (GIL, 1991, p. 29- 33).

A fim de realizar essa investigação científica, a solução para as perguntas adotar-se-á uma pesquisa amparada no racionalismo aplicado e no conceito de projeto (métodos múltiplos) em Bachelard (1996). O tipo de pesquisa, em abordagem quantitativa e qualitativa, enquadra-se como exploratória, quanto aos seus objetivos, e aplicada, quanto ao seu conteúdo (MUNHOZ, 1989, p. 31).

O racionalismo aplicado busca, através do emprego de múltiplos métodos, extrair as aplicações de uma investigação realizada em partes limitadas da experiência (racionalismo regional), que, por sua vez, desconsidera generalidades. Significa que os resultados apresentados referem-se apenas à realidade da IES pesquisada, sem intenção de ampliar suas conclusões para o universo das demais IES instaladas no Brasil.

A pesquisa é dita exploratória, quanto aos seus objetivos e sua amplitude, especialmente em razão do seu intuito de diagnosticar um determinado problema, no caso, a aplicação prática do modelo de auto-avaliação do MEC em IES privadas. Aqui também respalda esta parte da metodologia da pesquisa na fundamentação conceitual contida na parte teórica do artigo. “Um estudo exploratório pode ser desenvolvido a partir de





estudos teóricos existentes, ou de investigações disponíveis, levadas a efeito num esquema de levantamento de dados e informações de campo” (MUNHOZ, 1989, p. 31).

A pesquisa é aplicada por compreender a análise de dados da realidade, em função de cujo comportamento seria possível a formalização e a compreensão de modelos teóricos (MUNHOZ, 1989, p. 30). A investigação envolve a coleta, tabulação e análise de informações quantitativas e qualitativas junto a amostra de docentes do curso de Administração da IES pesquisada e foi realizada em setembro de 2006.

### Perfil da IES e dos seus Cursos de Administração

A Instituição pesquisada iniciou suas atividades em 1998 no município de Fortaleza-CE, tratando-se de uma organização acadêmica do tipo faculdade privada, que visa ser um futuro centro universitário.

No ano de 2005 fortalecendo sua imagem institucional inovadora e colaborativa com os processos regionais, atingiu a marca de um quadro discente de 10.000 mil alunos.

Atualmente seus cursos funcionam em duas unidades, com 20 cursos de graduação atuando nas áreas de Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Tecnologias e Humanas e Sociais, tendo sido reconhecidos pelo MEC 17 cursos. Oferece ainda, Cursos de Pós-graduação “lato sensu” nas áreas de sua atuação e cursos de extensão para toda comunidade acadêmica e do seu entorno.

Tomar-se numa instituição de excelência e de referência no cenário educacional, destacando-se pela antecipação, inovação e excelência é a sua visão, destacamos ainda, dentre seus princípios e valores: ética, respeito, profissionalismo, solidariedade, espírito de equipe e cordialidade.

A IES em estudo desenvolve sua avaliação institucional desde 2001, tendo atendido a legislação vigente, Lei nº 10.861/

2004, constituindo a sua CPA que passou a ser responsável pela auto-avaliação da IES, encontrando-se em fase de melhoria do processo de avaliação e dos instrumento à ser aplicado tendo feito conforme preconiza o roteiro de auto-avaliação do MEC apenas a primeira versão.

O Curso de Administração foi reconhecido pelo MEC em 2004, e possui, atualmente, 4 habilitações são elas: Comércio Exterior, Administração Geral, Administração Hoteleira, e Marketing sendo composto por 61 professores em cerca de 160 disciplinas.

### Técnicas de Levantamento dos dados

O procedimento metodológico do levantamento de dados da pesquisa ocorreu na própria IES e está descrito, a seguir, sob a ênfase da definição da sua amostragem e das técnicas adotadas na pesquisa.

O universo de todos os docentes da IES pesquisada não seria o alvo fulcral da presente pesquisa, mas apenas os professores do curso de Administração desta IES. Portanto, dentro de uma abordagem de racionalismo aplicado e regional em Bachelard, adotou-se uma amostra de alguns docentes com características específicas que permitissem melhores resultados e qualidade na coleta de dados, ou seja, com um perfil assim definido: formadores de opinião, lideranças docentes, conhecimento institucional da IES, maior tempo de trabalho docente na instituição e maior comprometimento com a IES. Junto a estes docentes buscou-se respostas às perguntas formuladas, porém, no que se refere a esse conjunto de professores e sem pretensão de expandir conclusões e resultados. Logo, não é preocupação deste trabalho buscar uma amostra representativa, mas apenas considerar docentes de disciplinas diferentes com um perfil profissional específico.

Do total de 61 professores dos cursos de Administração da IES pesquisada, considerou-se como amostra, de acordo com



o perfil definido para os respondentes, um total de 37 docentes, representando 60,65% do universo de professores atuando em cursos de Administração da IES.

O levantamento de dados baseou-se em entrevista estruturada com uso de formulário aplicada junto a amostra de docentes de Administração. A entrevista é um instrumento de levantamento de dados atualmente bastante adotado pelos pesquisadores no âmbito social, pois permite uma série de benefícios, dentre eles, uma maior proximidade com os docentes componentes da amostra. A técnica de entrevista pode ser estruturada preservando a assertividade das perguntas às quais devem ser muito bem elaboradas, evitando maus entendidos ou duplas interpretações, mormente em se tratando de pesquisa tipo avaliação que carece da compreensão de percepções dos respondentes sobre uma realidade em observação (GIL, 1991).

Para o sucesso da entrevista foram tomados cuidados relevantes durante a concepção deste momento decisivo na pesquisa, buscando compor um formulário orientador, este que, também é um instrumento importantíssimo para a obtenção de dados de uma pesquisa. Ele deve ser bem estruturado, com perguntas lógicas e claras, de fácil aplicação, linguagem acessível de acordo com o público a ser aplicado e principalmente não se distanciar do objeto de estudo da pesquisa, como defende Gil (1991).

Cada questão requer a avaliação, segundo a percepção dos docentes consultados, dentro de uma escala de gradação que indica: 0: Não sei responder; 1: Discordo totalmente; 2: Discordo; 3: Concordo; e 4: Concordo plenamente.

As questões são do tipo objetivas e exploram respostas que representam percepções avaliativas, procurando conhecer e avaliar o modelo de auto-avaliação praticado pelo MEC para as IES privadas, mas que também sugerem o levantamento de dados qualitativos ou descritivos relativos às informações subjetivas presentes nas questões objetivas sobre a percepção

do docente respondente. Segundo Gil (1991, p. 91), a elaboração de um formulário, assim como de um questionário, “consiste, basicamente, em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens redigidos”, embora o formulário tenha alcance mais limitado do que o questionário por exigir a presença do pesquisador diante do pesquisado, que é uma das intenções da presente pesquisa. Não existem normas rígidas para elaboração de formulários, mas alguns detalhes devem ser observados: a pergunta não deve sugerir respostas, o número de perguntas deve ser limitado, deve ser iniciado por perguntas simples e passando para questões mais complexas (MUNHOZ, 1989; GIL, 1991, p. 91-96).

Nestes termos, o formulário foi segmentado em duas seções. A seção I que busca obter dados sobre o respondente e seus perfis descritos anteriormente. E a seção II abrange 6 (seis) questões que objetivam a coleta de dados sobre o modelo de auto-avaliação do MEC e a sua aplicação em IES do setor privado. O levantamento de dados, por meio de formulário, envolveu as seguintes variáveis, cada uma delas correspondendo a uma pergunta específica do formulário, na mesma ordem do Quadro 1.

### **Análise e Apresentação dos Resultados**

No presente tópico serão analisados os dados, bem como apresentados os resultados obtidos com a pesquisa.

#### **Análise de Dados**

A análise e a interpretação dos dados consideraram o conjunto de informações “*ipsis litteris*” obtidas dos docentes participantes, oferecendo uma análise deste grupamento de professores para cada questão através de gráfico quantitativo, sendo, sempre que possível e necessário, um cruzamento ou



comparação com respostas apresentadas em outras questões, permitindo análises qualitativas, complementando a abordagem múltipla quantitativa e qualitativa.

Na seção I constaram os dados básicos sobre a amostra de respondentes: 81,1% (n = 30) dos 37 docentes consultados estão na faixa de 31 a 50 anos; 51,4% (n = 19) são do sexo feminino; 86,5% (n = 32) são mestres e os demais especialistas (13,5%, n = 5); 91,9% (n = 34) dos docentes têm mais de 3 anos de docência.

Verificou-se que os 37 docentes participantes da pesquisa ministram disciplinas em diferentes participações nas 4 habilitações do curso de Administração, sendo que a distribuição consta do Quadro 2. Percebe-se que a habilitação Administração Geral absorve 56,8% (n = 21) da equipe docente de administração da IES em estudo.

Quando indagados sobre a sua participação em alguma avaliação de curso promovida pelo MEC, a amostra da pesquisa informou o seguinte: 8,1% (n = 3) não participou de nenhum processo de avaliação promovido pelo MEC; 78,4% (n = 29) já participaram; e 13,5% (n = 5) não se lembram de terem participado.

Na seção II da pesquisa com formulário e questões avaliativas mais específicas, para a afirmativa 1, na qual pedia-se que os docentes da amostra avaliassem se conheciam o processo de auto-avaliação praticado anualmente pela IES, as respostas constam do Gráfico 1 e demonstram que 78,6% (n = 29) concordam parcial ou plenamente. Porém, 21,4% (n = 8) informaram que desconhecem ou discordam da afirmativa.

Para a afirmativa 2, “O corpo docente foi devidamente sensibilizado para o processo de auto-avaliação da IES”, as respostas constam do Gráfico 2, os consultados avaliam em concordância plena ou parcial com 44% (n = 18), mas 56% (n = 19) discordam ou não sabem responder.

Na terceira variável: “Os resultados da auto-avaliação são traduzidos em melhorias na instituição”, os resultados obtidos

junto aos docentes participantes apresentam-se no Gráfico 3 e mostram que 75,7% (n = 28) concordam de formas plena ou parcial. Já 24,3% (n = 9) discordam ou não souberam responder.

A afirmativa 4 versava sobre se “Os instrumentos adotados no processo de auto-avaliação são adequados” e 54,5% (n = 20) dos respondentes, conforme o Gráfico 4, avaliaram que concordam plena ou parcialmente. Mas bem próximo a isso, 45,5% (n = 17), discordam da assertiva ou não souberam responder.

A quinta afirmação das variáveis, perguntou como os respondentes avaliavam se “O modelo de auto-avaliação orientado pelo MEC respeita as especificidades culturais, locais e institucionais”. Pelas respostas obtidas (Gráfico 5), percebe-se que 43,4% (n = 16) dos docentes consultados avaliam em conformidade plena ou parcial, porém 41% (n = 15) não souberam responder e 16,2% (n = 6) discordam.

Para 62,2% (n = 23) dos docentes participantes da pesquisa há concordância plena ou parcial para a afirmativa 6: “O modelo de auto-avaliação anual praticado pela IES é considerado satisfatório”. Para 37,8% (n = 14) dos respondentes há discordância ou não souberam responder a afirmativa 6, conforme visualizado no Gráfico 6.

Na parte mais qualitativa da pesquisa foi solicitado aos docentes participantes que registrassem até 3 características para o modelo de auto-avaliação atualmente praticado e as respostas apresentadas sintetizam: (1) quanto a metodologia: “insatisfatório no modelo aplicado (metodologia aplicada)”, “complicado”, “pouco claro”, “instrumentos confusos”, “os indicadores são genéricos”; (2) quanto a sensibilização: “falta sensibilização inicial”, “não é transparente” e “pouco participativo”; (3) quanto aos resultados: “resultados não traduz em uma avaliação confiável”, “resultados satisfatórios”, “aplicação dos resultados”; (4) quanto ao retorno da informação aos participantes da avaliação: “falta retorno no referente à avaliação dos professores”, “falta retorno aos docentes”, “não foi feita



uma análise dos resultados da auto-avaliação” e “sem retorno à comunidade”.

### Considerações Complementares

Verificou-se que as questões-problema norteadoras da pesquisa foram bastante esclarecidos na amostra de docentes da IES objeto do estudo avaliativo. Sobre a indagação a respeito da percepção docente sobre o modelo de auto-avaliação praticado pelo MEC junto a IES específica do estudo, obtive-se algumas constatações relevantes atingindo o objetivo geral da pesquisa:

(1) A maioria (78,6%) dos componentes da amostra de 37 docentes afirmaram conhecer o processo de auto-avaliação, porém apenas 44% concordaram que a sensibilização foi adequada e até registraram, na parte qualitativa, que o grau de sensibilização e participação precisa ser melhorado. (2) Para 75,5% dos docentes consultados os impactos do modelo de auto-avaliação traduziram-se em melhorias institucionais, embora 2 registros qualitativos de docentes tenham sinalizados que os resultados não se traduzem como confiáveis. (3) 54,5% dos docentes participantes consideram adequados os instrumentos adotados pelo modelo promovido pelo MEC, embora nos registros de docentes tenha aparecido características de instrumentos confusos (2 registros). (4) 62,2% avaliaram como satisfatório, mesmo que parcialmente, o modelo de auto-avaliação.

Apesar destes resultados, constatou-se que as respostas à questão-problema principal da pesquisa, ou seja, “o modelo de auto-avaliação estabelecido pelo MEC para IES do setor privado considera as suas especificidades culturais e organizacionais?” Demonstrem que a maioria dos docentes desconhece ou discordam (57,2%).

Isto posto, acrescenta-se algumas considerações: (1) o respeito às especificidades culturais e institucionais das IES, apesar de ser uma intencionalidade prevista no SINAES, não

tem sido percebida pela maioria da amostra de docentes da IES pesquisada requerendo uma necessidade de revisão na busca de um modelo mais customizado; (2) o processo de sensibilização praticado na IES carece de aprimoramentos, pois a maioria dos docentes participante não avaliou de forma satisfatória a sua adequação ou formato atual.

Conclui-se que pesquisas do tipo precisam ser ampliadas para um número maior de cursos, docentes e mesmo IES brasileiras, buscando-se compreender as facilidades e dificuldades das aplicações dos modelos de auto-avaliações em IES em diferentes regiões e estados do País.

### Referências Bibliográficas

BACHELARD, G. **A Formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. **Tradução** Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: **Contraponto, 1996**. 316 p. Título original: La formation du esprit scientifique.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>> . Acesso em: 31 set. 2006.

CHWIF, Leonardo. **Questionários para avaliação institucional baseados na Lógica Fuzzy**. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: v. 10, n. 37, p. 457-478, out./dez., 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

LIMA, Marcos Antonio Martins. **Um novo projeto epistemológico e teórico para a Avaliação Educacional**: uma aplicação





na auto-avaliação em instituições de ensino superior do setor privado. Fortaleza: UFC, 2005a. 553p. (Tese de doutorado).

MARCONI, M. A e LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumentos**. Brasília: MEC, 2005.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Roteiro de auto-avaliação – avaliação institucional: orientações gerais**. Brasília: Inep/MEC, 2004.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: UnB, 1989. 300p.

Quadro 1: Variáveis da Pesquisa junto a Docentes de Administração de IES do Setor Privado

N° Questão	Variável
1	Você conhece o processo de auto-avaliação praticado anualmente na IES.
2	O corpo docente foi devidamente sensibilizado para o processo de auto-avaliação da IES.
3	Os resultados da auto-avaliação são traduzidos em melhorias na instituição.
4	Os instrumentos adotados no processo de auto-avaliação são adequados.
5	O modelo de auto-avaliação orientado pelo MEC respeita as especificidades culturais, locais e institucionais.
6	O modelo de auto-avaliação anual praticado pela IES é considerado satisfatório.

Fonte: pesquisa direta.

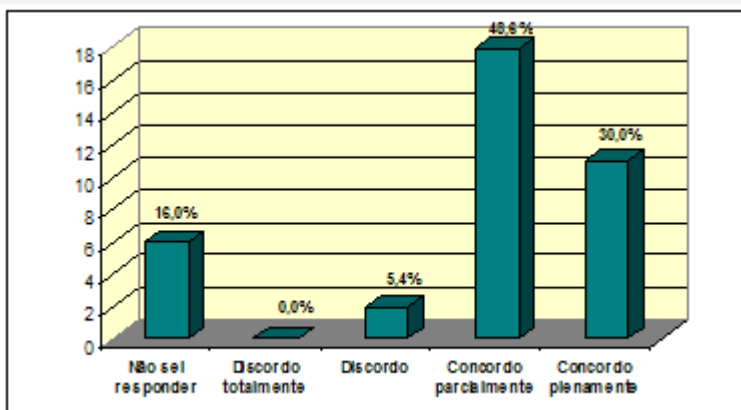
Quadro 2: Habilitação em Administração na qual ministram aulas

Habilitação em Administração na qual ministra aulas	Quant.	%
5.1 Administração Geral	21	56,8
5.2 Administração Hoteleira	17	45,9
5.3 Comércio Exterior	9	24,3
5.4 Marketing	19	51,4
<b>Total</b>	37	

Fonte: pesquisa direta.

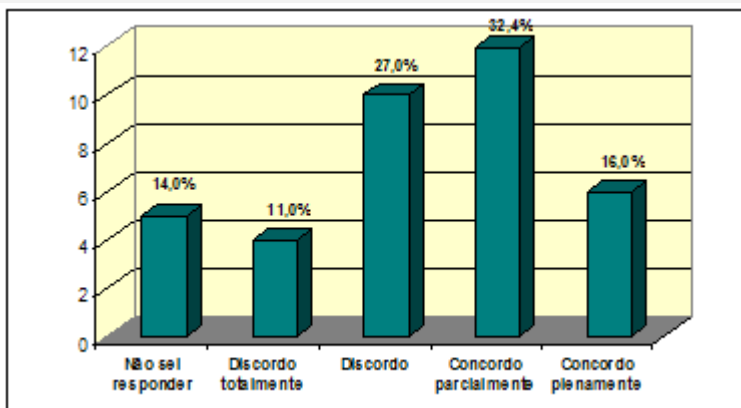


Gráfico 1: Você conhece o processo de auto-avaliação praticado anualmente na IES.



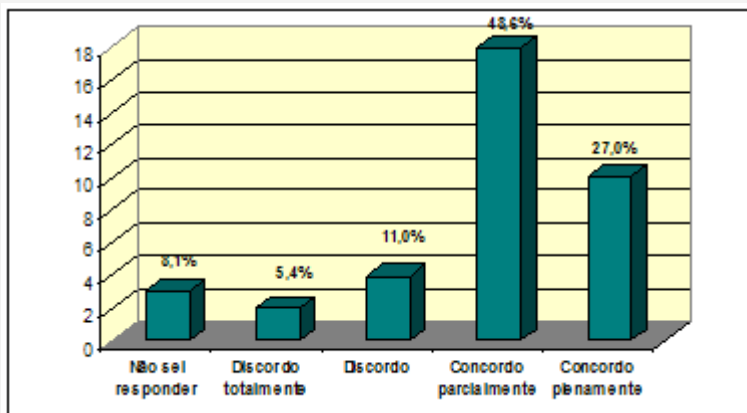
Fonte: pesquisa direta.

Gráfico 2: O corpo docente foi devidamente sensibilizado para o processo de auto-avaliação da IES.



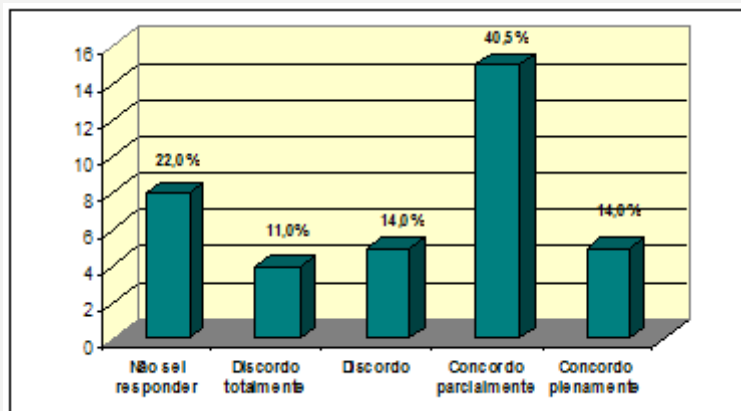
Fonte: pesquisa direta.

Gráfico 3: Os resultados da auto-avaliação são traduzidos em melhorias na instituição.



Fonte: pesquisa direta.

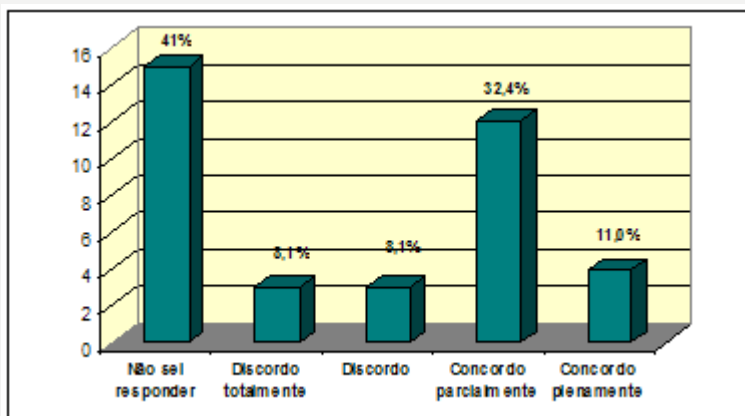
Gráfico 4: Os instrumentos adotados no processo de auto-avaliação são adequados.



Fonte: pesquisa direta.

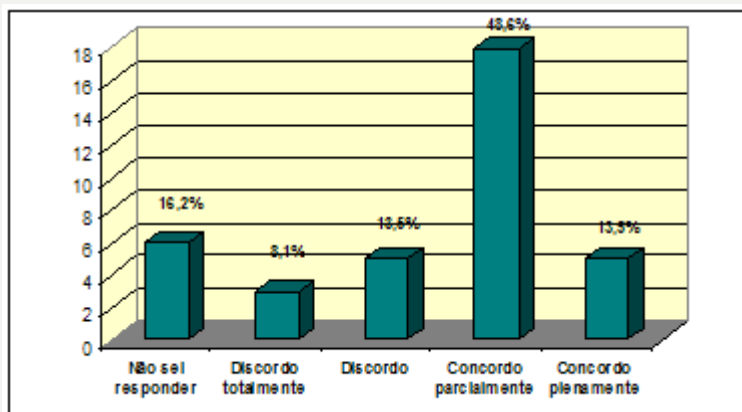


Gráfico 5: O modelo de auto-avaliação orientado pelo MEC respeita as especificidades culturais, locais e institucionais.



Fonte: pesquisa direta.

Gráfico 6: O modelo de auto-avaliação anual praticado pela IES é considerado satisfatório.



Fonte: pesquisa direta.